



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 106.519/08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 39/08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS LAVRADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ACEITA PELA CAVALHEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS FUNCIONAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e oito, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor FÁBIO CHAVES HOLANDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a CAVALHEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, situada na QNM 25, Conjunto G, Lote 02, Ceilândia Sul, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o n. 72.572.910/0001-50, daqui por diante denominada CO-SIGNATÁRIA e neste ato representada por seu Procurador, o senhor ÉLSON SANTOS DE ARAUJO, residente e domiciliado na QNM 25, Conjunto H, Lote 01, Brasília -DF, perante as testemunhas que este subscrevem, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo n. 106.519/08, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, com a Lei 8.666, de 21/6/1993, daqui por diante denominada simplesmente LEI, com a Lei 10.520, de 17/7/02, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, doravante denominado REGULAMENTO, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/01, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/03, e com a proposta da CO-SIGNATÁRIA oferecida para o item 2 do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para aquisição de material hidráulico constante do item 2 do Título 1 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, para reforma e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

manutenção dos imóveis funcionais da Câmara dos Deputados, conforme discriminado no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08 e em seus Anexos e na proposta comercial ofertada pela CO-SIGNATÁRIA.

Parágrafo único – A CÂMARA não se obriga a adquirir os materiais objeto desta Ata da CO-SIGNATÁRIA, podendo realizar licitação específica para aquisição dos mesmos no período de vigência deste Registro de Preços, hipótese em que, entretanto, em igualdade de condições, a CO-SIGNATÁRIA terá preferência, nos termos do artigo 16, §4º, do REGULAMENTO, e artigo 8º do RSRP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

Os materiais a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações constantes do item 2 do Título 1 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento objeto desta Ata deverá ser efetuado mediante emissão da Requisição de Entrega de Material, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo n. 4 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, e da respectiva Nota de Empenho.

Parágrafo primeiro – Fica a CO-SIGNATÁRIA obrigada a retirar a Requisição de Entrega de Material no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da efetiva comunicação pelo órgão fiscalizador, observado o disposto no Título 6 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08.

Parágrafo segundo - A CO-SIGNATÁRIA deverá entregar o objeto desta Ata no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado do recebimento da Requisição de Entrega de Material.

Parágrafo terceiro – O material deverá ser entregue em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados, no horário das 13h30 às 17 horas, no Bloco “L” da Super Quadra Norte 202, em Brasília-DF.

Parágrafo quarto – É de responsabilidade da CO-SIGNATÁRIA o transporte vertical e horizontal do material até o local indicado no parágrafo anterior.

Parágrafo quinto – O objeto desta Ata será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CO-SIGNATÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CO-SIGNATÁRIA

Constituem obrigações da CO-SIGNATÁRIA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

necessárias para a boa execução dos serviços, aquelas enunciadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08 e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CO-SIGNATÁRIA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Ata.

Parágrafo segundo – A CO-SIGNATÁRIA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-reclamada.

Parágrafo terceiro – A CO-SIGNATÁRIA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros – CND, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de obrigação assumida, podendo, inclusive, ensejar a rescisão desta Ata, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto - A CO-SIGNATÁRIA substituirá, obrigatoriamente, o material entregue que venha a apresentar defeito ou impropriedade durante o período de validade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da notificação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, serão aplicadas à CO-SIGNATÁRIA as sanções administrativas previstas no item 14 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, observadas as condições nele indicadas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Fica registrado o preço total de R\$2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) oferecido pela CO-SIGNATÁRIA para o item 2 do Título 1 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08, considerando-se os seguintes preços unitários constantes de sua proposta:

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

DESCRIÇÃO	UN.	QT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REGISTRO DE ESFERA BRUTO DE Ø DE 1 POL	pç	3	R\$11,76	R\$35,28
REGISTRO DE ESFERA BRUTO DE Ø DE 2.1/2 POL	pç	3	R\$103,53	R\$310,59
REGISTRO GLOBO 2.1/2POL 45 GRAUS PARA INCÊNDIO	pç	9	R\$95,31	R\$857,79
SALVA REGISTRO DE PRESSÃO ENTERRADO NA PAREDE – 3/4POL	pç	62	R\$20,12	R\$1.247,44
PROLONGADOR PARA REGISTRO DE GAVETA – 2 CM	pç	10	R\$10,31	R\$103,10
PROLONGADOR PARA REGISTRO DE GAVETA – 4 CM	pç	6	R\$14,30	R\$85,80
PREÇO TOTAL				R\$2.640,00

Parágrafo primeiro – O pagamento do material entregue à Câmara dos Deputados e por esta aceito definitivamente será feito por meio de depósito em conta corrente da CO-SIGNATÁRIA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo segundo – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros – CND, e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro do prazo de validade neles expresso.

Parágrafo quarto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do material e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo sexto – Estando a CO-SIGNATÁRIA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do artigo 13 do RSRP, e conforme o previsto no item 15 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 113/08.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado em nome da CO-SIGNATÁRIA será cancelado caso ocorram as situações previstas no item 13 do Edital do Pregão Eletrônico para o Registro de Preços n. 113/08, e no artigo 14 do RSRP.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços é de um ano, contado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – A CO-SIGNATÁRIA explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de um ano, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes desta Ata de Registro de Preços o Edital do Pregão Eletrônico para o Registro de Preços n. 113/08, seus Anexos e a proposta da CO-SIGNATÁRIA cujo preço foi registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa relativa ao objeto da presente Ata correrá à conta do orçamento do exercício de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador do presente Contrato a Coordenação de Habitação da Câmara dos Deputados, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 12 de setembro de 2008.

Pela CÂMARA:

Pela CO-SIGNATÁRIA:

Fábio Chaves Holanda
Diretor Administrativo
CPF n. 170.479.943-00

Élson Santos de Araujo
Procurador
CPF n. 700.621.611-72

Testemunhas: 1) _____

2) _____

CCONT/CV